AS DISPUTAS PELO TERRITÓRIO E A INTERVENÇÃOESTATAL NAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NA ZONA RURAL DE SÃO LUÍS, EM ESPECIALA COMUNIDADE DO CAJUEIRO

Saulo Costa Arcangeli[1]

RESUMO: O artigo procura refletir sobre a ação de projetos desenvolvimentistas, como parte de uma política de desenvolvimento industrial que impacta as comunidades tradicionais rurais, no município de São Luís/MA e, de modo especial, a Comunidade Tradicional e Centenária do Cajueiro que convive , desde 2014, em uma disputa socioterritorial contra a instalação de um porto privado em seu territóriopelas empresas WPR São Luís *Gestão* de Portos e Terminais e a chinesa China Communications Construction Company(CCCC). Neste processo, faz-se um destaqueà intervenção estatal que busca, em aliança com o capital, garantir a instalação do referido porto. Em seguida, relata-se várias táticas de enfrentamento dos trabalhadores da Comunidade do Cajueiro e seus apoiadores para impedir este empreendimento portuário, dentre elas a luta pela criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, vistacomo uma das formas da garantir a permanência no território.

Palavras-Chave:Política de Desenvolvimento industrial. Disputa socioterritorial.Porto privado. Enfrentamento

ABSTRACT: The article seeks to reflect on the action of developmental projects, aspart of an industrial development policy that impacts traditional rural communities, inthe municipality of São Luís / MA and, in particular, the Traditional and Centennial Community of Cajueiro that has lived together since 2014, in a socio-territorial dispute against the installation of a private port in its territory by the companies WPRSão Luís Gestão de Poros e Terminals and the Chinese China Communications Construction Company (ACPC). In this process, emphasis is placed on state intervention that seeks, in alliance with capital, to guarantee the installation of that port. Then, several tactics of confrontation of the workers of the Cajueiro Community and their supporters are reported to prevent this port enterprise, among them the fightfor the creation of the Extractive Reserve of Tauá-Mirim, seen as one of the ways to guarantee the permanence in the territory.

Keywords: Industrial Development Policy. Socioterritorial dispute. Private port. Confrotation

[1] Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional-UEMA. Professor do DEMATI/UEMA

1. INTRODUÇÃO

Neste texto, analisamos o processo de expansão da política de desenvolvimento industrial na área Itaqui-Bacanga e zona rural, em São Luís/MA, que impacta várias comunidades e, de modo especial, a comunidade rural e centenária do Cajueiro, situada na zonarural II, onde aproximadamente 350 famílias vivem do extrativismo, principalmente da pesca, da agricultura e de criação de pequenos animais.

Nessa região ocorre, desde 2014, uma disputa territorial entre os trabalhadores da Comunidade do Cajueiro e as empresas *WPR* São Luís *Gestão* de Portos e Terminais(atualmente, denominada Tup Porto São Luís S.A), subsidiária da empresa nacional da área de engenharia Wtorre, a francesa Lyon Capital e a empresa chinesa *China* Communications Construction Company (CCCC), detentora de 51% das ações, que pretendeminstalar um porto privado, na praia de Parnauaçu , para movimentar cargas de grãos, celulose ederivados de petróleo, com efetivo apoio do Estado.

Os conflitos pelo território ocorrem desde o final da década de 1970 e afetam, alémdo Cajueiro, várias outras comunidades na região que sofrem os reflexos da presença de indústrias minero-metalúrgicas(ALCOA, VALE), Ferrovia Carajás e do complexo portuário deSão Luís, que engloba o Porto do Itaqui (administrado pela Empresa Maranhense de Administração Portuária -EMAP), Porto Ponta da Madeira (pertencente à VALE) e o Porto daAlumar, além do mais recente empreendimento, a Termelétrica do Itaqui que desapossou a Comunidade Vila Madureira.

Esse desenvolvimento desigual e combinado, conforme Trotsky, ocorre nas diferentes empresas e ramos da indústria e nos diferentes países, uma faceta inevitável do sistema capitalista. O Maranhão, a partir da instalação de grandes projetos desenvolvimentistastorna-se um local fundamental para as necessidades externas do sistema capitalista e suas empresas transnacionais. E com isso, agridem-se várias comunidades na região que sãoobrigadas a desaparecem ou a se “adaptarem” aos saltos no desenvolvimento capitalista, influenciando e alterando por

completo seus modos de vida e culturas tradicionais e suas formasde reprodução. Um conjunto de comunidades na região que entra na era industrial moderna, mas sem resolver seus problemas essenciais (transporte, água e saneamento básico, educação, saúde) e a garantia do seu território.

Harvey identifica essas práticas predatórias de acumulação como “Acumulação porDesapossamento”, processos predatórios de desapossamento. E para isso, são utilizados diversos recursos à violência, o que passa, obrigatoriamente, pela intervenção estatal. No casoda comunidade do Cajueiro, é mais uma tentativa de incorporação pelo capital de novas zonasterritoriais e de privação do acesso às comunidades a parcela de terras, águas e outros recursos.

A implementação desses grandesprojetos desenvolvimentistas têm sido, independente dos governos, a principal forma de inserção do Maranhão na dinâmica do capital internacional, com foco na exportação das commodities (minerais e agrícola), criando um verdadeiro enclave econômico e aprofundando a dependência econômica maranhense.

Estes processos de desapossamento vêm provocando muitas lutas e vários mecanismos de articulação de forças são acionados pelas várias comunidades que são ameaçadas. No caso do Cajueiro, a partir desta nova tentativa de ampliação do sistema porto/ferrovia, os trabalhadores das comunidades rurais utilizam-se de várias táticas de enfrentamento, desde a luta direta pelo território até a busca pela criação da Reserva Extrativistade Tauá-Mirim, vista como uma forma de garantir a permanência no território do Cajueiro.

2. MODELO DE DESENVOLVIMENTO EXCLUDENTE NO MARANHÃO

Essa opção de desenvolvimento presente no Maranhão foi bastante defendida ao final da década de 1970, a partir da teoria da base de exportação, que propaga a ideia que a capacidade de exportar é central na geração de renda para uma determinada região e no desenvolvimento regional, induzindo para o crescimento da renda per capita e o avanço dos setores secundários e terciários.

North, principal defensor dessa teoria, pondera que as exportações dos recursos naturais seriam uma condição necessária, mas não suficiente, para impulsionar o desenvolvimento regional. Defende, também, que a inexistência de conexões com a economiada região (insumos produzidos regionalmente) pode levar o setor exportador a virar enclaves e que é necessário a diversificação das exportações com outros produtos, absorver mão-de-obra local, incrementar produção local a partir de produtos dessa base exportadora.

Segundo Santos (2011), ao analisar o que caracteriza enclave econômico, aponta para a quase ausência de ligações em cadeia “entre uma atividade – caracterizada, em geral, pela presença de uma ou mais empresas de grande porte, voltadas para a exportação – e outrossegmentos econômicos, presentes no mesmo território de abrangência”. Para ele, todo esse processo indica uma baixa capacidade de integração da atividade com a economia regional/local.

Nada diferente do que presenciamos no estado do Maranhão, com uma economia baseada em exportação de commodities. Esses efeitos encadeados necessários, tanto defendidospor North e Santos, mesmo com suas diferenças de concepções, não estão presentes na realidade maranhense e demais regiões amazônicas que vivenciam os piores indicadores sociais do país(educação, saúde, moradia etc...), uma extrema pobreza absurda, altas taxas de desemprego, subemprego e informalidade, e vários problemas ambientais ocasionados pela instalação desses grandes projetos.

A empresa Vale, por exemplo, que explora minérios, têm uma reduzida capacidadede integração à economia local e, como denunciam várias comunidades atingidas e organizações sociais, cometem vários ataques aos direitos humanos, como desapossamento decomunidades e reflexos na subsistência e na saúde das populações. As riquezas vão pelos vagões dos trens e a pobreza amplia-se nos vários municípios por onde passam os trilhos da empresa, causando uma ampliação das desigualdades sociais.

No caso da geração de emprego e aumento da renda per capita, dois fatores citados por vários autores como prioritários para que uma atividade econômica tenha

importância parao desenvolvimento regional, os dados do Maranhão permanecem bastante alarmantes, o que demonstra essa falta de relação dos grandes empreendimentos com a melhoria de vida da população.

Segundo dados da PNAD/IBGE, referentes ao ano de 2019, o estado permanece emsegundo lugar do país, inferior ao Pará (62,4%), no que se refere ao trabalho informal, com 60,5% dos trabalhadores vivendo nessa situação, tendo apenas 47,2% dos trabalhadores ocupados com carteira assinada. Em São Luís, onde encontram-se esses grandes empreendimentos na zona industrial da cidade, como a Alumar e a Vale, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados(CAGED) da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, menos que 5% dos empregos formais de São Luís estão na área industrial e de extração mineral, apesar de toda expectativa gerada pela chegada desse grandes empreendimentos.

Para Mesquita(2011), estes grandes emprendimentos, ligados à exportação, têm como linha hegemônica a manutenção de vínculos frágeis à economia local. Para o autor “a insistência atual em continuar com os mesmos elementos “dinamizadores” deste crescimento econômico, que tem por base uma economia de enclave, cheira a embromação”.

Um modelo de desenvolvimento econômico, conforme assinala Mesquita(2015), herdado dos anos setenta , que era vendido, e continua sendo, o caminho fácil para sair do atraso, da pobreza e da exclusão social , mas que, na realidade, “tem acentuado as desigualdades sociais e os problemas nas esferas ambiental, social e econômica”, sendo um “desenvolvimento” refém de investimentos públicos e da demanda externa, demonstrando ser altamente vulnerável, principalmente em momentos de crises econômicas, como vivenciamos desde 2007.

Como observamos, os grandes empreendimentos desenvolvimentistas no estado do Maranhão são totalmente apartados da vida da população maranhense e, para piorar, agridem eexpulsam os povos tradicionais, originários e os camponeses, principalmente por se basear em commodities, celulose e indústrias altamente poluidoras do meio ambiente.

3. A DISPUTA PELO TERRITÓRIO DO CAJUEIRO

A disputa por território, como assinala Mesquita (2011), que tem como consequência a disputa pelo domínio dos meios de produção, “sempre constituiu num embate entre dominantes e dominados”, sendo os resultados totalmente desfavoráveis aos que são excluídos, sejam pequenos produtores como assentados, povos e comunidades tradicionais e originárias.

Godeiro e Soares (2016), ao analisar o período dos anos 1950 e avançando para o pós-1964, avaliam que houve uma combinação entre a industrialização dependente do imperialismo com o latifúndio, aliado ao investimento estatal, causando uma superexploração dos trabalhadores.

> O desenvolvimento do mercado interno foi a menina dos olhos das teses do nacionalismo burguês dos anos 1950. O golpe de 1964 [...] demonstrou que a inserção do Brasil na divisão mundial do trabalho combinou a industrialização dependente dos investimentos imperialistas com o latifúndio, uma superexploração brutal dos trabalhadores, e o investimento estatal [...] Contra todas as previsões ‘populistas’ sobre a impossibilidade do desenvolvimento capitalista sem um salto qualitativo no ‘mercado interno’, a burguesia brasileira foi mais longe: o país sob tacão da ditadura, não somente se converte em plataforma de exportação de produtos manufaturados das multinacionais, como também, na esteira desse processo, a burguesia brasileira começa a exportar, além de mercadorias, capitais [...] (Godeiro e Soares, 2016, p. 184).

Todo esse processo alterou a geografia local, aumentando os conflitos que envolvem o Estado, a iniciativa privada, trabalhadores, comunidades tradicionais e outros agentes políticos e sociais. Para Mesquita (2015), com o boom dos commodities e com a ausência do papel do Estado, coube ao grande capital o papel de impulsionador do desenvolvimento da Amazônia, cujo resultado tem sido trágico para as comunidades tradicionais.

No âmbito federal, ocorreram várias mudanças no setor portuário. Em 2013, ocorreu a votação da Medida Provisória MP 595/2012(MP dos Portos), encaminhada e sancionada pelo governo Dilma Rousseff (Lei 12.815/2013), que gerou reflexos na vida das comunidades, definindo uma orientação mais privatista para o setor, a partir de uma definição política econômica para servir aos interesses e exigências do capital

internacional. Foi um novomarco regulatório para o setor, gerando uma concorrência entre portos públicos e privados.

No governo Temer, esta opção privatista e entreguista aprofundou-se com a assinatura, em 10 de maio de 2017, de um decreto presidencial(nº 9.048/2017) que ampliou osbenefícios para os empresários do setor portuário, como o que define a ampliação do tempo deconcessões e arrendamentos portuários de 25 para 35 anos, com a possibilidade de uma renovação.

Dentro desse contexto nacional, surge a possibilidade de instalação de um novo porto privado em São Luís, agora na comunidade rural do Cajueiro, para atender ao capital nacional e internacional e toda uma rede de empresas ligadas ao agronegócio, ao papel e Celulose(Suzano), minérios e grãos em geral que escoarão seus produtos para os grandes mercados internacionais, através do Arco Norte, um projeto de expansão da logística portuária aos modais de transporte nos estados de Roraima, Amapá, Amazonas, Pará e Maranhão, em uma conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico, passando pelo Canal do Panamá, para alcançar a Ásia.

Esse intuito de instalação do porto privado na Comunidade do Cajueiro inicia-se em 2014, a partir da investida da empresa, na época, denominada WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA(hoje TUP São Luís), subsidiária da empresa nacional da área de Engenharia WTorre, mas que, como relatamos anteriormente, temos outras empresas envolvidas, dentre elas a Suzano Papel e Celulose, cujo interesse verificamos no Relatório Maranhão Nova Década, de 2011, que : “A escolha da cidade de Imperatriz para abrigar a novaunidade permitirá à Suzano a utilização da Estrada de Ferro Carajás - EFC para escoar a produção pelo terminal portuário a ser construído em São Luís”.

Nessa fase inicial, a empresa WPR para intimidar e assediar os moradores utilizou-se de vários instrumentos violentos, inclusive com a presença de jagunços, impedindo a livre circulação, derrubando mais de 20 casas e proibindo intervenções e construções nas moradias por parte dos moradores. Os moradores passaram a ser vigiados e assediados diariamente pelos“ditos” vigilantes da empresa.

Mas a Comunidade do Cajueiro reagiu e iniciou um processo de mobilização para não permitir a instalação do porto privado e garantir a sua permanência no local que ocupam hádécadas. Para isso, buscou várias alianças em comunidades rurais próximas e com um conjunto de entidades e coletivos do movimento social, pesquisadores das universidades, igreja, parlamentares, lideranças comunitárias para combater mais este processo de expansão industrialna região. A partir dessa unidade da ação, a luta começou a ficar mais organizada e o Estado e a empresa tiveram que, da mesma forma, buscar meios, inclusive institucionais, para acelerar o processo de instalação do porto privado.

Uma prova disso foi que, naquele mesmo ano de 2014, realizou-se uma audiência pública com o intuito de apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo relatório (RIMA) sobre a implantação do Terminal Portuário de São Luís realizada em 29 de outubro no Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão, demonstrando um total desrespeitoe afronta à comunidade do Cajueiro.

Em relação ao meio ambiente, esse tipo de projeto é responsável por vários ataques aos biomas, já bastante presente nas comunidades do entorno, como Cajueiro , principalmente por substâncias com grande impacto ambiental(coque, carvão, soda cáustica etc...) emitidas pelo complexo portuário, causando um desequilíbrio ambiental, com redução ou extinção de várias espécies (peixes, caranguejos, sururu, entre outras), afetando a reprodução social da população local. Conforme Mesquita (2011), esse interesse do capital, a partir do avanço desses grandes empreendimentos, articulados à globalização, se sobrepõe aos interesses coletivos dessa comunidade que não degrada a natureza, que “conserva e preserva a biodiversidade”.

No caso do porto privado, a partir do projeto de instalação inicial, tem uma previsãode destruição de 20 hectares de mangues, comprometimento de importantes mananciais de águapotável e outros impactos, gerando consequências ambientais e na vida de toda a cidade de SãoLuís.

Um dos últimos atos relativos a esta disputa pelo território, na Comunidade do Cajueiro, ocorreu depois de mais de um ano de serviços realizados pela empresa na

área devastada, liberados pela própria Secretária Estadual de Meio Ambiente. No dia 12 de agosto de 2019, a partir de uma decisão do juiz estadual Marcelo Oka, ocorreu, de forma truculenta e com grande aparato militar, a reintegração de posse de 28 famílias, mesmo com a ocupação dos moradores em frente ao Palácio dos Leões, sede do governo estadual, para buscar um diálogo com o executivo no intuito de evitar a concretização da ação de reintegração. Essa ocupação foi dispersada neste mesmo dia, à noite, sob o comando do próprio Secretário de Segurança Jefferson Portela (PSB), com a utilização da tropa de choque, bombas de gás e balas de borracha, além da prisão de um dos apoiadores.

Todo este enfrentamento que acontece nessa disputa pelo território na comunidade Cajueiro impediu, durante estes mais de 06 anos, a concretização desta investida do capital do grande capital nacional e transnacional na região, apesar de vitórias e derrotas em todo esse processo. Uma luta bastante desigual, já que esse investimento privado tem amplo apoio do Estado para a sua concretização.

4. A INTERVENÇÃO ESTATAL NA TENTATIVA DE INSTALAÇÃO DO PORTO PRIVADO

Em relação à instalação do porto privado na Comunidade do Cajueiro, o discurso estatal, mais uma vez, é da necessidade de avançar com o progresso, com o desenvolvimento do Estado, muito presente nas políticas desenvolvimentistas no Brasil e no Nordeste e, em especial, no Maranhão, desde a década de 30.

Essa intervenção estatal no Maranhão ocorre a partir de concessões e isenções fiscais e de outros benefícios, como concessão de terras, para as grandes empresas que se fixaram na área Itaqui-Bacanga se apoderarem das riquezas, garantindo toda uma estrutura produtiva exportadora, assegurando as desigualdades entre os espaços produtivos e demonstrando uma grande aliança do Estado com o capital nacional e internacional.

> O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito. Harvey (2014, p.111).

E diante da crise econômica mundial que tem início em 2008, o capital busca e buscará sempre novas fronteiras para atuar e ampliar seus lucros, principalmente em regiões menos desenvolvidas e com essas vantagens e subsídios estatais tão generosos. Segundo Harvey(2004), “o capitalismo sente-se impelido a eliminar todas as barreiras espaciais, a “aniquilar o espaço por meio do tempo”.

A instalação do porto está inserida nesta perspectiva de Harvey e, também, reforçada por Almeida (2014), que ao afirmar a não neutralidade do Estado, diz que , no nível abstrato, “cabe ao Estado difundir a consciência do desenvolvimento, despertar a crença na viabilidade do projeto desenvolvimentista” e, no nível concreto, “ele assume a função de pioneirismo, através da qual visa criar as condições necessárias para a expansão da economia dos setores privados, principalmente os industriais”.

Em relação à comunidade do Cajueiro, a intervenção estatal passa a ter um papel fundamental e constata-se que a partir de 2014 começa um conjunto de intervenções dos governos federal, estadual e municipal no sentido de criar as condições objetivas para a concretização do projeto de instalação do porto.

O início ocorreu durante o último mandato da governadora Roseana Sarney (MDB),com a realização, conforme já relatamos, da audiência pública para discussão da instalação doporto privado no quartel da Polícia Militar do Maranhão, no mês em outubro de 2014, sem a participação dos moradores da comunidade do Cajueiro e demais comunidades da zona rural que serão impactadas com o empreendimento. Esse ato estatal é bastante utilizado pelas instituições que buscam na justiça a paralisação do empreendimento portuário, como osMinistérios Públicos Estadual e Federal, Defensorias Públicas Estadual e Federal.

E para avalizar e definir a posição estatal favorável ao porto privado, ocorreu, no dia 06 de abril de 2017, em São Paulo, uma solenidade com a presença do governador Flávio Dino, do Secretário de Indústria e Comércio Simplício Araújo, da empresa Wtorre e da empresa Chinesa China Communications Construction Company (CCCC) , que se incorporou ao projetoe passou a ser a maior acionista no empreendimento, inclusive já participando do lançamento da pedra fundamental do

porto privado (Porto São Luís) no dia de 16 de março de 2018 e que contou, mais uma vez, com a presença do governador Flávio Dino.

A partir daí foi uma sequência de atos do governo estadual para efetivar a instalaçãodo porto privado e garantir a retirada dos moradores da Comunidade do Cajueiro, destacando- se o decreto nº 33.892/18,de 16 de março de 2018, assinado pelo próprio governador, que declarou de "utilidade pública para fins de realização de obras emergenciais de infraestrutura da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda as benfeitorias necessárias para construção de via de acesso ao Terminal Portuário", autorizando que a empresa WPR efetivasse as desapropriações necessárias, e o decreto nº 002/19, de 30 de abril de 2019, assinado pelo Secretário de Indústria, Comércio e Energia Simplício Araújo(Solidariedade), que "declara de utilidade, para fins de desapropriação e realização de obras essenciais de infraestrutura de interesse nacional, em favor da TUP PORTO SÃO LUÍS S.A. […] necessários à viabilização da construção e operação do Terminal Portuário denominado Porto de São Luís", ficando a referida empresa(antiga WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda) autorizada a promover as desapropriações necessárias à implantação e operação do porto privado.

Este último decreto, como foi ilegal, já que a Constituição Estadual não permite que secretários de Estado assinem este tipo de ato, somente o chefe do poder executivo, foi revogadopelo próprio secretário, a partir de uma ação do Ministério Público Estadual que questionou a probidade do referido decreto. Acontece que, no dia 03 de junho de 2020, o Desembargador Ricardo Duailibe, a partir de um Mandado de Segurança da empresa, anulou, via liminar, a revogação do decreto realizado pelo secretário Simplício Araújo, tornando-o novamente válidoe permitindo a continuidade das desapropriações das casas que permanecem na área delimitada.

Como verificamos, em todo esse período, a intervenção estatal foi no sentido de consolidar a instalação do porto privado, independente dos governos que se sucederam, demonstrando a falta de neutralidade do Estado nesse conflito socioterritorial, onde, mais uma vez, o grande capital está acima das vidas e esperanças daquela comunidade tradicional centenária.

A Comunidade permaneceu, mesmo com todas estas artimanhas palacianas, aplicando todas as suas táticas de enfrentamento ao empreendimento, como a luta pela criação da ReservaExtrativista de Tauá-Mirim, um projeto reivindicado desde 2003 pelas comunidades que são afetadas diariamente pelos empreendimentos industriais instalados na região.

5. A LUTA PELA CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE TAUÁ-MIRIM: UMATÁTICA PARA MANUTENÇÃO DO TERRITÓRIO

Como uma das táticas de resistência e luta da Comunidade do Cajueiro para garantira sua manutenção do território, as 12 comunidades envolvidas na criação da Reserva Extrativista (Resex) de Tauá-Mirim permanecem com esta pauta, pois consideram a reserva como uma segurança para a preservação da zona rural de São Luís e de suas vidas, visto que aárea pretendida para instalação do porto privado, a praia de Parnauaçu, está dentro do perímetropretendido para a Resex.

Esta luta pela reserva já é bem antiga e remonta ao período anterior à tentativa, em 2004, de instalação de um Polo Siderúrgico na região, a ser implementado pela Vale e outros grupos empresariais internacionais,e que tinha a previsão de instalação de 03 (três) indústrias siderúrgicas e 02(duas) unidades de fabricação de ferro-gusa, com impactos em 12(doze) comunidades compreendidas entre o Portodo Itaqui e Rio dos Cachorros, inclusive a Comunidade do Cajueiro.

No total, estes empreendimentos poderiam remanejar 14.400 pessoas que estariam nessa área, além do polo causar impactos ambientais e estruturais severos, tais como: aumento do consumo de água potável (equivalente a 207 milhões de litros por dia, o que correspondia, na época, à totalidade de consumo atual da população de São Luís); emissão de 2,4 mil litros de vapor d'água por segundo(carregados de resíduos sólidos); emissão de 1,5 toneladas de dióxido de carbono para cada tonelada de aço produzida; alterações climáticas significativas e ameaça de destruição de 10 mil hectares de manguezais.

O Polo Siderúrgico não prosperou, pois era necessário alterar a lei de Zoneamentoda cidade e, mesmo com o envio de um projeto de alteração da referida lei por parte do prefeito,à época, Tadeu Palácio(PDT), que transformava uma grande área da zona rural em zona industrial, desrespeitando as comunidades tradicionais centenárias, as discussões e mobilizações da sociedade civil nos debates e audiências na Câmara Municipal de São Luís levaram à redução da área pretendida para a instalação do polo, pois retirou-se do projeto da prefeitura as áreas de preservação permanente. Com essa redução, acabou inviabilizando a instalação do Polo Siderúrgico, apesar de várias áreas da zona rural transformarem-se em zona industrial, como a Vila Madureira que foi desapossada para a instalação da Termelétrica Portodo Itaqui.

Em 2007, o IBAMA concluiu o laudo sobre a Resex de Tauá-Mirim, constatando que a área é de grande relevância ecológica, com 70% da área composta por manguezais, brejos, igarapés e zona de influência (área de preservação permanente), com abundância de restingas, babaçuais, juçarais e buritizais. Ocorrem, também, espécies de animais ameaçadas de extinção,como guará, peixe-boi marinho, gato maracajá, mero, tintureiro, cação-bicuda e a área englobaum dos últimos remanescentes da formação pré-amazônica da Ilha de São Luís.

Acontece que para concretizar-se o processo de criação da Resex de Tauá-Mirim, apartir de uma exigência do governo federal, é necessária a anuência do governo estadual. Os vários governos que se sucederam(Jackson Lago, Roseana Sarney, Arnaldo Melo e Flávio Dino) não tiveram este acordo, inclusive alguns negando o interesse em anuir.

Diante da falta da anuência do governo estadual, no dia 17 de maio de 2015 ocorreu uma assembleia popular na Comunidade do Taim, com a presença de lideranças das comunidades envolvidas e movimentos sociais. Na ocasião, foi decidida a criação, de fato, do Conselho Gestor da Resex de Tauá-Mirim, com a tarefa de manter uma mobilização permanente pela criação da Resex, a partir da realização de assembleias nas comunidades e processos de formação e conscientização dos trabalhadores sobre a importância dessa criação.

Uma luta importante que faz parte das discussões e enfrentamentos por parte do Conselho Gestor da RESEX de Tauá-Mirim, junto com movimentos sociais e conselheiros do Conselho Municipal da Cidade de São Luís, desde o ano de 2015, é contra a tentativa da Prefeitura Municipal de São Luís de alterar o Plano Diretor da cidade e, posteriormente, fazer uma revisão completa da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Na proposta, como ocorreu na tentativa de instalação do polo siderúrgico, a prefeitura de São Luís,comandada, à época, por Edivaldo Holanda Júnior (PDT), ataca, mais uma vez, as comunidades tradicionais e tenta converter uma grande parte da Zona Rural de São Luís (41%) em Zona Portuária, de logística e Industrial, demonstrando os interesses comuns entre empresários, prefeitura de São Luís e governo do Estado do Maranhão.

Caso se concretize na Câmara de vereadores essa alteração no Plano Diretor e, posteriormente, a respectiva alteração na lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação doSolo, a ser ainda discutida no Conselho das Cidade de São Luís, a reivindicação pela criação da Resex de Tauá-Mirim será duramente afetada, já que parte do perímetro da reserva extrativista deixaria de ser zona rural e abriria, de uma vez, mais um grande empecilho para a sua efetivação.

6. CONCLUSÃO

Conforme analisamos neste artigo, no Maranhão e em outros estados que compõem a Amazônia, as políticas desenvolvimentistas ampliam-se a partir dos governos militares pós- 64, com investimentos provenientes da SUDAM e SUDENE, ocorrendo, como trata Godeiro e Soares (2016), uma combinação entre a industrialização dependente do imperialismo com o latifúndio, aliado ao investimento estatal, levando a uma superexploração dos trabalhadores ea um grande ataque às comunidades tradicionais e originárias.

Em relação à intervenção estatal, o Estado vem garantindo uma série de medidas(isenções fiscais, entrega de áreas a custo zero, mudanças na legislação e outros benefícios)para que as grandes empresas se instalem na área Itaqui-Bacanga, como no caso do portoprivado chinês, na Comunidade do Cajueiro,

demonstrando sua parcialidade a serviço do grandecapital e tratando com violência e desrespeito as comunidades que lutam pelos seus territórios. O poder judiciário estadual, também, tem tomado um lado favorável ao empreendimento, tanto nas decisões (em segunda instância) a favor das empresas quepretendem construir o porto, como na recente reintegração de posse de 28 famílias, ocorrida emagosto de 2019, autorizada pela justiça. E nesse momento, mesmo em tempo de pandemia daCovid-19, busca, juntamente com as empresas, iniciar as tratativas para retirada de mais outrasfamílias que se encontram na praia de Parnauaçu, local de instalação do porto privado, baseadosno decreto estadual nº 02/2019 do governo estadual que desapropriou aquela área a favor da empresa TUP Porto São Luís S.A.

Mesmo que a tendência apresentada, a partir de todos os elementos analisados nesse artigo, é de que o capital e o Estado, utilizando-se de vários mecanismos institucionais e de violência, consigam avançar no projeto e garantir a instalação do porto privado na região, como ocorreu em relação aos demais empreendimento, como a Alumar e a Termelétrica do Itaqui, a mobilização da comunidade do Cajueiro tem demonstrado, desde 2014, que a conclusão dessa história ainda está indefinida.

O enfrentamento ao projeto passa, neste momento, pela ação direta dos trabalhadores da Comunidade do Cajueiro e apoiadores, como apresenta Arcangeli(2020), ao opinar pelas táticas a serem encaminhadas nessa continuidade da luta pela manutenção do território do Cajueiro : intervenção permanente para que o Plano Diretor e a Lei de Zoneamentoe Uso do Solo proposto pela Prefeitura de São Luís que busca transformar grandes áreas da Zona Rural em Zona Industrial não prospere; a luta pela revogação total das licenças ambientale de instalação concedidas pela SEMA para a instalação do terminal portuário e a concretizaçãoda criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. Essas formas, conforme o autor, continuam sendo mecanismos fundamentais para permanência no território e garantia do modo de vida tradicional dessa comunidade, tão importante para a geração de emprego e renda, cultura e costumes da cidade de São Luís.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **Ideologia nacional e nacionalismo**. 2.ed., São Paulo: EDUC, 2014.

ARCANGELI, Saulo. **Cajueiro :** a luta de uma comunidade pelo direito de existir. São Paulo:Sundermann,2020.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria StelaGonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MESQUITA, B.A**. A dinâmica recente do crescimento do agronegócio na Amazônia ea disputa por territórios** in Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas/Sérgio Sauer, Wellington Almeida, organizadores. Brasília: Editora Universidadede Brasília, 2011.

_____Grandes Projetos de Investimentos na Amazônia e as questões do desenvolvimento regional in Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariasno Maranhão e Pará/Organizadores. Rosa Elizabeth Acevedo Marina.Jurandir Santos deNovaes.UEA Edições, 2015.

SANTOS, Valdecy. **A Economia do Sudeste Paraense : Fronteira de Expansão na PeriferiaBrasileira**. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, 2011.

SOARES, João Ricardo; Godeiro, Nazareno. **Neodesenvolvimentismo ou neocolonialismo**: Sobre o mito do Brasil imperialista. São Paulo: Editora Sundermann,2016.